

FUNDO SOBERANO DO BRASIL: UMA FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE RECEITAS, PRESERVAÇÃO DE CAPITAL E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO PARA OS ANOS QUE VIRÃO

Daniel Alexandre Almeida Pinheiro Muniz*

Resumo: Este artigo discute a importância da criação de um Fundo Soberano no Brasil a partir de três pilares principais: diversificação de receitas, preservação e valorização do capital público e investimentos estratégicos. O estudo parte da constatação de que a economia brasileira ainda é fortemente dependente das exportações de commodities, o que gera instabilidade fiscal e dificulta o planejamento de longo prazo. A partir de exemplos internacionais, como Noruega, Chile, Singapura e países do Golfo, o trabalho demonstra que fundos soberanos podem ajudar a reduzir a vulnerabilidade econômica, transformar riqueza temporária em patrimônio duradouro e fortalecer a atuação dos Estados em setores estratégicos. Utilizando referenciais da economia política internacional e da Escola Inglesa das Relações Internacionais, o artigo argumenta que um Fundo Soberano Brasileiro, se bem estruturado e com governança sólida, pode contribuir para maior estabilidade econômica, desenvolvimento sustentável e ampliação da capacidade estratégica do País no cenário global.

Palavras-Chave: Fundos Soberanos de Riqueza. Diversificação. Preservação de Capital. Investimento Estratégico.

Abstract: This article discusses the importance of creating a Sovereign Wealth Fund in Brazil based on three main pillars: revenue diversification, preservation and appreciation of public capital, and strategic investments. The study begins by recognizing that the Brazilian economy remains heavily dependent on commodity exports, which generates fiscal instability and limits long-term planning. Drawing on international examples such as Norway, Chile, Singapore, and Gulf countries, the paper shows that sovereign wealth funds can help reduce economic vulnerability, transform temporary wealth into long-term assets, and strengthen states' ability to act in strategic sectors. Using concepts from international political economy and the English School of International Relations, the article argues that a Brazilian Sovereign Wealth Fund, if properly designed and supported by strong governance, could contribute to greater economic stability, sustainable development, and enhanced strategic capacity for Brazil in the global arena.

Key words: Sovereign Wealth Funds. Diversification. Capital Preservation. Strategic Investment.

* Graduando em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, Brasil. E-mail: daapmuniz.lea@uesc.br. Orcid: 0009-0001-1337-7881

Introdução

Nas últimas décadas, os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) se tornaram instrumentos importantes para muitos países administrarem seus recursos e planejarem o futuro. Esses fundos surgiram, inicialmente, como uma forma de organizar ganhos extraordinários obtidos com exportações de petróleo, gás e outros recursos naturais (Raymond, 2010). Com o tempo, porém, eles passaram a assumir funções mais amplas, combinando estabilidade econômica, poupança pública e investimentos estratégicos dentro e fora dos territórios nacionais. Em outras palavras, os fundos soberanos deixaram de ser apenas mecanismos financeiros e passaram a desempenhar papéis que afetam a política externa, o desenvolvimento nacional e até mesmo a posição dos países no sistema internacional.

Para o Brasil, esse tema é especialmente relevante. Apesar de possuir grande diversidade de recursos naturais, o País convive com problemas estruturais que dificultam a construção de um crescimento econômico mais estável (Sachs; Warner, 1995; 2001). Entre esses desafios estão a dependência de commodities, a volatilidade das receitas públicas causada pelas oscilações dos preços internacionais e a dificuldade histórica de planejar investimentos de longo prazo (Pereira; Marconi, 2007). Esses fatores fazem com que o Brasil seja mais vulnerável a crises externas e, ao mesmo tempo, menos capaz de aproveitar plenamente momentos de prosperidade econômica.

Além desses aspectos econômicos, existe outro elemento que reforça a importância de debater um Fundo Soberano para o Brasil: a necessidade de construir mecanismos institucionais que protejam e valorizem os recursos públicos ao longo do tempo. Diferentemente de países que conseguiram transformar receitas extraordinárias em patrimônio intergeracional, como Noruega, Singapura e Emirados Árabes Unidos, o Brasil ainda não desenvolveu uma estrutura que garanta que parte da riqueza gerada hoje seja preservada para o futuro. A ausência dessa poupança pública de longo prazo contribui para ciclos repetidos de instabilidade fiscal, queda no investimento e perda de oportunidades estratégicas (Da Silva Bello, 2008).

Mas a discussão não se limita à economia. Diante das transformações do cenário internacional, como a transição energética, a corrida tecnológica e as disputas geoeconômicas, muitos Estados têm utilizado seus fundos soberanos como instrumentos de projeção de poder e influência (Krishmadas; Sugahara, 2013; 2019). Por meio desses fundos, países realizam

investimentos que garantem acesso a alimentos, tecnologia, energia renovável, cadeias produtivas globais e empresas estratégicas. Nesse sentido, fundos como o PIF da Arábia Saudita, o GIC e o Temasek de Singapura, o Mubadala dos Emirados Árabes Unidos e o *Government Pension Fund Global* da Noruega mostram que os FSR podem ser fundamentais para fortalecer a autonomia e a posição internacional dos Estados.

Enquanto isso, o Brasil enfrenta uma situação assimétrica: diversos fundos soberanos estrangeiros vêm investindo no País em setores estratégicos, como agronegócio, energia e infraestrutura, ao passo que o Brasil não dispõe de um instrumento semelhante para atuar estrategicamente em outros países. Essa diferença reduz a capacidade do País de influenciar cadeias globais de valor ou de proteger setores sensíveis da economia nacional (Rinaldi; Sugahara, 2010; 2019).

Nesse contexto, torna-se importante retomar a discussão sobre como um Fundo Soberano Brasileiro pode contribuir para enfrentar vulnerabilidades históricas e, ao mesmo tempo, fortalecer a atuação estratégica do País. Para isso, este artigo parte da hipótese de que um fundo soberano estruturado em três pilares: diversificação de receitas, preservação e valorização do capital público e investimentos estratégicos, pode funcionar como um instrumento essencial para o desenvolvimento de longo prazo do Brasil. Essa hipótese considera não apenas os benefícios econômicos, mas também a necessidade de melhorar a governança, aumentar a previsibilidade fiscal e inserir o País de forma mais ativa no cenário internacional.

Do ponto de vista teórico, utiliza-se como referência a Escola Inglesa de Relações Internacionais, que entende que os Estados atuam dentro de uma sociedade internacional e que suas decisões combinam elementos materiais, como a economia, e elementos normativos, como valores e interesses estratégicos. Nesse sentido, os fundos soberanos podem ser compreendidos como instrumentos que ajudam os Estados a se posicionar nessa sociedade, fortalecendo sua capacidade de influenciar e cooperar ao mesmo tempo (Hoffman; Ribeiro, 1986; 2013). Assim, o artigo está organizado em três seções principais, cada uma dedicada a um dos pilares que justificam a criação de um Fundo Soberano Brasileiro: (i) Diversificação de Receitas; (ii) Preservação e Valorização de Capital; (iii) Investimentos Estratégicos. Ao final, apresenta-se uma conclusão que retoma os principais argumentos e discute a importância de um fundo soberano para o futuro econômico e geopolítico do Brasil.

Diversificação de receitas

A diversificação de receitas públicas é um dos principais argumentos para a criação de um Fundo Soberano Brasileiro. Esse tema é importante porque o Brasil ainda depende bastante de receitas ligadas a commodities, como petróleo, minério de ferro, soja e outros produtos primários. O problema dessa dependência não está apenas no tipo de produto exportado, mas na forte instabilidade que esses mercados apresentam. Quando os preços internacionais estão altos, o País arrecada mais; quando caem, a arrecadação diminui rapidamente. Essa dinâmica gera ciclos repetidos de crescimento e crise, dificultando o planejamento econômico e reduzindo a capacidade do Estado de manter investimentos constantes ao longo do tempo (Pamplona; Cacciamali, 2018). Com esse tipo de volatilidade, torna-se difícil implementar políticas públicas que exigem continuidade, como obras de infraestrutura, programas sociais e investimentos em inovação. Por isso, muitos países com economias semelhantes buscaram criar mecanismos para estabilizar suas receitas. O Fundo Soberano do Chile, por exemplo, foi criado com o objetivo de guardar parte das receitas geradas pelo cobre, reduzindo o impacto das oscilações do minério sobre o orçamento nacional. Dessa forma, mesmo quando o preço do cobre cai, o governo chileno consegue manter certa estabilidade fiscal (Chile, 2025). Esse modelo é frequentemente citado como exemplo de boa gestão porque permite que o Estado aja de forma menos dependente das condições externas.

No Brasil, essa questão é particularmente relevante porque, além da volatilidade típica das commodities, o País também enfrenta desafios estruturais, como a concentração das exportações em produtos de baixo valor agregado e a limitação da indústria nacional em setores intensivos em tecnologia. A literatura sobre doença holandesa e maldição dos recursos naturais aponta que países ricos em recursos tendem a sofrer com certos efeitos negativos se não tiverem instituições fortes para administrar suas riquezas (Auty, 1993). Não é o recurso natural em si que causa problemas, mas sim a falta de mecanismos de gestão capazes de transformar esses recursos em desenvolvimento sustentável.

Ao analisar fundos soberanos em outros países, observa-se que eles cumprem um papel importante na redução da dependência das exportações primárias. A Noruega é um caso muito conhecido: o país conseguiu transformar os lucros do petróleo em um dos maiores fundos soberanos do mundo, que hoje é basicamente uma grande carteira de investimentos

internacionais. Com esse fundo, a Noruega obtém rendimentos financeiros estáveis que ajudam a financiar políticas públicas e garantem segurança econômica mesmo após o envelhecimento de suas reservas de petróleo (Noruega, 2025). Isso demonstra como um fundo soberano pode converter um recurso natural finito em riqueza permanente.

Os Emirados Árabes Unidos, o Qatar e o Kuwait também utilizam seus fundos como forma de diversificação. Embora dependam do petróleo, esses países investem globalmente em setores como tecnologia, energia renovável, logística, saúde e varejo. Com isso, reduzem sua exposição aos ciclos do petróleo e ampliam suas fontes de receita (Catar; Kuwait; Mubadala, 2025). O Emirados Árabes Unidos, por meio do Mubadala, tem investido inclusive em empresas e projetos no Brasil. Isso revela uma situação curiosa: enquanto outros países usam suas receitas para diversificar suas economias e investir no mercado brasileiro, o Brasil ainda não possui um mecanismo equivalente para fazer o mesmo.

Outro ponto importante é que a diversificação de receitas não se limita a apenas guardar recursos. Ela envolve também investir esses recursos de um jeito que gere retorno financeiro. As reservas internacionais brasileiras, por exemplo, são majoritariamente investidas em títulos de dívida de países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos. Embora esses investimentos sejam seguros, eles costumam render pouco. Um fundo soberano permitiria ao Brasil destinar parte desses recursos para investimentos mais diversificados, como ações, infraestrutura, energia renovável ou fundos de participação. Isso aumentaria o potencial de retorno e contribuiria para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos (Siegel, 2015).

Além do aspecto financeiro, existe também uma dimensão institucional. Para que a diversificação funcione de verdade, é necessário que o fundo tenha regras claras de gestão, transparência e proteção contra interferências políticas de curto prazo. Países como Singapura, Noruega e Chile possuem estruturas sólidas de governança que garantem que o fundo seja administrado por profissionais e que suas decisões sigam critérios técnicos. No Brasil, qualquer proposta de fundo soberano deve levar isso em consideração, para evitar riscos de má gestão e garantir que o fundo cumpra sua função de gerar estabilidade e desenvolvimento (Summers; Weiss, 2007; 2008).

Por fim, é importante destacar que a diversificação de receitas está ligada a um projeto maior de desenvolvimento. Em um contexto global marcado pela transição para energias limpas, pela digitalização e pela reorganização das cadeias produtivas, o Brasil precisa de

instrumentos que permitam reduzir sua vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, financiar novos setores. Um fundo soberano pode ajudar a criar condições para que o País invista mais em inovação, ciência, tecnologia e educação, reduzindo a dependência de mercados voláteis e abrindo caminho para uma economia mais sofisticada e resiliente.

Preservação e valorização de capital

A preservação e valorização de capital é um dos pilares mais importantes de um fundo soberano, pois está diretamente ligada à capacidade de um país transformar riqueza temporária em riqueza permanente. Em outras palavras, trata-se de garantir que parte dos recursos obtidos hoje continue disponível para as próximas gerações, reduzindo a fragilidade fiscal e aumentando a segurança econômica ao longo do tempo. Para países que dependem de recursos naturais, como petróleo, gás ou minerais, essa função se torna ainda mais essencial, porque esses recursos são finitos e estão sujeitos às variações de preço no mercado internacional.

A experiência internacional mostra que, quando os ganhos extraordinários não são administrados de maneira adequada, os países tendem a enfrentar ciclos repetidos de expansão e crise. Isso acontece porque, em momentos de bonança, os governos aumentam gastos e assumem compromissos que não conseguem manter quando os preços internacionais caem (Da Silva Bello, 2008). Sem uma poupança pública bem estruturada, esses ciclos criam instabilidade, prejudicam o planejamento e geram crises fiscais que afetam investimentos essenciais em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Por isso, muitos países decidiram criar fundos soberanos para acumular parte das receitas obtidas com recursos naturais e utilizá-las de forma mais inteligente e previsível.

O caso da Noruega é o exemplo mais conhecido de preservação de capital bem-sucedida. Com a descoberta do petróleo no Mar do Norte, o país enfrentou uma situação parecida com a de outros exportadores: um aumento rápido de receitas e o risco de depender excessivamente desse setor. A resposta norueguesa foi criar o *Government Pension Fund Global*, que funciona como uma grande poupança pública. Os recursos do petróleo são investidos em uma carteira internacional diversificada, e somente uma pequena parcela pode

ser utilizada pelo governo todos os anos, seguindo uma regra fiscal clara. Assim, mesmo quando o petróleo se esgotar, o País continuará tendo um patrimônio que gera renda para sustentar o desenvolvimento (Noruega, 2025).

Outro exemplo importante é o de Singapura, que possui dois grandes fundos soberanos: o GIC e o Temasek, voltados principalmente para a valorização de capital. Apesar de não depender de petróleo ou minerais, Singapura entendeu que acumular um patrimônio financeiro sólido era fundamental para garantir segurança econômica e estabilidade fiscal. Esses fundos são administrados de forma profissionalizada, com equipes especializadas e autonomia operacional. Os resultados mostram que, ao longo das décadas, as decisões de investimento contribuíram para fortalecer a economia do país e aumentar sua capacidade de enfrentar crises internacionais (Singapura; Temasek, 2025).

Botsuana, na África, também ilustra como a preservação de capital pode fazer diferença para economias dependentes de recursos naturais. O governo criou o *Pula Fund* para administrar parte das receitas geradas pela exploração de diamantes (Botsuana, 2025). Ao contrário de outros países africanos que sofreram com má administração ou instabilidade política, Botsuana conseguiu utilizar seu fundo como instrumento de estabilidade e planejamento, preservando parte da riqueza mineral para o futuro (Auty, 1993).

No Brasil, a ausência de um fundo soberano com função clara de preservação e valorização de capital traz consequências importantes. O País já viveu momentos de arrecadação elevada, como durante o boom das commodities no início dos anos 2000, mas não conseguiu transformar esse período de prosperidade em patrimônio duradouro. O Fundo Soberano do Brasil, criado em 2008, não chegou a desempenhar esse papel porque não acumulou recursos relevantes e acabou sendo utilizado para finalidades específicas e de curto prazo, perdendo seu propósito original e sendo posteriormente extinto (Brasil, 2025). Essa experiência reforça que criar um fundo é apenas o primeiro passo; o mais importante é estabelecer regras, transparência e governança para garantir seu funcionamento no longo prazo.

Preservar capital também envolve pensar nas gerações futuras. Recursos naturais, como petróleo e mineração, não são renováveis. Quando são explorados sem planejamento, acabam gerando riqueza apenas no presente, deixando pouco para o futuro. A literatura sobre fundos soberanos destaca que uma das funções desses mecanismos é justamente transformar riqueza não renovável em riqueza financeira renovável. Dessa forma, mesmo quando os recursos

naturais se esgotarem, o País ainda terá um patrimônio capaz de sustentar políticas públicas, investimentos e projetos estratégicos.

Outro aspecto importante é a proteção contra crises. Quando há um fundo soberano bem estruturado, o governo pode utilizá-lo como ‘amortecedor’ em períodos de recessão, queda de receitas ou dificuldades externas (Manzi, 2016). Singapura utilizou seus fundos dessa forma durante a crise financeira de 2008 e durante a pandemia de Covid-19, garantindo recursos para estabilizar a economia sem comprometer sua saúde fiscal. Sem um fundo semelhante, o Brasil acaba dependendo apenas de políticas fiscais e monetárias tradicionais, que muitas vezes têm efeitos limitados ou geram endividamento elevado.

Por fim, a valorização de capital está ligada à forma como os recursos são investidos. Para que o patrimônio cresça ao longo do tempo, é necessário construir uma carteira diversificada, equilibrando investimentos mais conservadores com outros que apresentam potencial de retorno maior. A literatura de finanças de longo prazo mostra que ativos como ações internacionais e investimentos em setores inovadores tendem a apresentar melhores resultados quando o horizonte é intergeracional (Siegel, 2015). Assim, um Fundo Soberano Brasileiro poderia combinar segurança e rentabilidade, protegendo os recursos públicos e permitindo que eles cresçam no futuro.

Em suma, a preservação e valorização de capital é fundamental para garantir estabilidade econômica, segurança fiscal e justiça intergeracional. Ao analisar a experiência de outros países, fica evidente que um fundo bem estruturado pode ajudar o Brasil a enfrentar vulnerabilidades históricas e construir uma base sólida para o desenvolvimento de longo prazo.

Investimentos estratégicos

Os investimentos estratégicos representam uma das dimensões mais importantes dos fundos soberanos no mundo contemporâneo. Essa função vai além da busca por retorno financeiro: ela envolve decisões que podem fortalecer setores essenciais da economia, proteger interesses nacionais e ampliar a capacidade de um país de atuar no cenário internacional. Em muitos casos, os fundos soberanos se tornam ferramentas pelas quais os Estados garantem

acesso a recursos importantes, estimulam o desenvolvimento de novas tecnologias e posicionam suas economias em áreas que serão decisivas no futuro.

Nas últimas décadas, o cenário internacional passou por mudanças profundas. A transição energética, a digitalização, a disputa por tecnologias avançadas e a reorganização das cadeias de suprimentos transformaram a lógica do desenvolvimento econômico. Em vez de depender apenas de comércio e acordos tradicionais, muitos países passaram a utilizar seus fundos soberanos como instrumentos diretos para influenciar esses processos. Assim, os fundos soberanos não atuam somente como investidores financeiros, mas como extensões das estratégias de Estado, ajudando a garantir segurança alimentar, segurança energética, capacidade tecnológica e presença geoeconômica no exterior (Krishmadas; Sugahara, 2013; 2019).

Um dos exemplos mais evidentes desse fenômeno é a atuação dos fundos soberanos do Oriente Médio, especialmente a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. O *Public Investment Fund* (PIF), da Arábia Saudita, expandiu sua atuação global nos últimos anos e tem investido em setores como tecnologia, transporte, energia renovável, entretenimento, esportes e agronegócio (Arábia Saudita, 2025). No Brasil, o braço saudita de investimentos alimentares (Salic) adquiriu participações significativas em empresas como a BRF e a Minerva (Elias, 2023). Isso não ocorre por acaso: como o país depende de importações para garantir sua segurança alimentar, investir diretamente nas cadeias produtivas de alimentos em outros países se torna uma estratégia essencial para sua sobrevivência. Dessa forma, os investimentos do PIF no Brasil cumprem não apenas objetivos financeiros, mas também objetivos de segurança nacional (Mendes, 2023).

O mesmo acontece no caso de Singapura, cujos fundos soberanos, o Temasek e o GIC, investem de maneira estratégica em setores considerados fundamentais para o país (Krishmadas, 2023). Mesmo sendo um território pequeno, com poucos recursos naturais, Singapura usa seus fundos para garantir autonomia em áreas como saúde, infraestrutura, tecnologia, serviços financeiros e logística (Singapura, 2025). A Temasek, em particular, tornou-se um grande conglomerado internacional, com investimentos que vão desde empresas de aviação e biotecnologia até plataformas digitais e projetos de energia limpa (Temasek, 2025). Essa estratégia ajudou o país a se manter competitivo e relevante em um ambiente global altamente disputado.

Outro exemplo importante é o Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, que investe em setores variados, incluindo energia renovável, tecnologia, indústria e varejo (Mubadala, 2025). O Mubadala também possui presença no mercado brasileiro, com investimentos que mostram como fundos soberanos estrangeiros enxergam oportunidades estratégicas no País (Viri, 2024). Enquanto isso, o Brasil não possui um fundo soberano capaz de realizar movimentos semelhantes no exterior, o que cria uma situação desequilibrada. Em termos simples, países estratégicos do Golfo diversificam sua economia comprando participação em setores importantes do Brasil, mas o Brasil não possui um mecanismo equivalente para adquirir ativos estratégicos nos territórios deles ou de outros países. Além disso, fundos soberanos têm sido utilizados para garantir posição em cadeias tecnológicas globalmente sensíveis, como semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia e armazenamento de energia. Esse tipo de investimento é visto como estratégico porque essas tecnologias determinam a competitividade dos países no futuro (Sugahara, 2019).

Na Ásia, países como Coreia do Sul e Taiwan utilizam fundos estatais ou mecanismos semelhantes para financiar empresas que lideram setores de alta tecnologia. Isso mostra que a capacidade de investir em setores estratégicos não é apenas uma questão financeira, mas também uma questão de soberania. No Brasil, a ausência de um fundo soberano com esse tipo de função tem consequências significativas. O País depende de tecnologias e insumos externos em áreas fundamentais, como saúde, agricultura e indústria. Isso ficou evidente durante a pandemia de Covid-19, quando houve dificuldades para importar vacinas, insumos hospitalares e equipamentos básicos. Um fundo soberano bem estruturado poderia atuar de forma estratégica para reduzir vulnerabilidades, investir em cadeias produtivas críticas, fortalecer empresas nacionais e estimular o desenvolvimento de novas tecnologias no território brasileiro (Rinaldi, 2010).

Além da dimensão externa, os investimentos estratégicos também têm impacto interno. Um fundo soberano pode apoiar setores que são essenciais para o desenvolvimento nacional, mas que não atraem investimentos privados suficientes por conta do alto risco ou do longo prazo necessário para maturação. Áreas como ciência, tecnologia, inovação, infraestrutura digital, transição energética e economia verde são exemplos de setores que podem se beneficiar desse tipo de investimento. Em vez de substituir o setor privado, o fundo pode atuar como um catalisador, incentivando a formação de novos mercados e estimulando a inovação.

Por fim, os investimentos estratégicos também permitem que o Estado brasileiro participe de maneira mais ativa das transformações econômicas globais. Em um mundo onde países competem para atrair investimentos, garantir acesso a tecnologias e consolidar sua posição nas cadeias produtivas, ter um fundo soberano bem estruturado significa possuir um instrumento essencial de política econômica e de política externa (Rinaldi, 2010). Sem esse instrumento, o Brasil corre o risco de continuar como um país dependente, vulnerável e com pouca capacidade de influenciar decisões que afetam seu futuro.

Em resumo, os investimentos estratégicos são uma forma de conectar economia, segurança nacional e desenvolvimento. Eles ajudam países a se protegerem das incertezas do sistema internacional e, ao mesmo tempo, a construir oportunidades de crescimento. Para o Brasil, criar um fundo soberano com essa função seria um passo importante para fortalecer sua autonomia, melhorar sua posição global e garantir que seu desenvolvimento seja sustentável e competitivo no longo prazo.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo mostra que a criação de um Fundo Soberano no Brasil não deve ser vista apenas como uma alternativa técnica, e sim como uma possibilidade estratégica para enfrentar desafios que há muito acompanham o desenvolvimento econômico do País. Ao observar a experiência internacional e comparar com a realidade brasileira, fica claro que o Brasil ainda não conseguiu transformar períodos de crescimento, especialmente aqueles impulsionados por commodities, em patrimônio duradouro e capaz de beneficiar as gerações futuras.

No primeiro eixo, sobre diversificação de receitas, foi possível perceber que a forte dependência de produtos primários torna a economia brasileira vulnerável a oscilações externas. Essa vulnerabilidade afeta diretamente as contas públicas e limita a capacidade do Estado de planejar políticas de longo prazo. Países como Chile, Noruega, Singapura, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Qatar demonstram que fundos soberanos podem reduzir esses efeitos negativos, garantindo estabilidade fiscal e criando fontes de receita menos sensíveis às

variações do mercado internacional. Esse tipo de instrumento permitiria ao Brasil reduzir sua exposição aos ciclos das commodities e construir uma base financeira mais segura e previsível.

O segundo eixo, voltado para preservação e valorização de capital, reforçou que um fundo soberano é também uma forma de poupança pública intergeracional. Experiências como a da Noruega e de Botsuana mostram como a conversão da riqueza natural em riqueza financeira é essencial para a sustentabilidade de longo prazo. Sem um mecanismo desse tipo, países correm o risco de usar seus recursos de forma imediata, perdendo a oportunidade de construir um patrimônio capaz de sustentar o desenvolvimento no futuro. A análise revelou que, no caso brasileiro, a falta de um fundo soberano robusto impede o País de acumular capital de forma estratégica, o que contribui para crises fiscais frequentes e limitações estruturais no investimento público.

Por fim, o terceiro eixo, sobre investimentos estratégicos, evidenciou que os fundos soberanos deixaram de ser apenas instrumentos financeiros e passaram a ocupar espaço central nas estratégias de poder dos Estados. Eles têm sido utilizados para garantir segurança alimentar (como no caso da Arábia Saudita), acesso a tecnologias avançadas, proteção de cadeias produtivas, transição energética e influência geoeconômica. Esses investimentos moldam setores que serão decisivos para o futuro da economia global, como energia renovável, semicondutores, biotecnologia, inteligência artificial e infraestrutura digital. A ausência de um fundo soberano impede o Brasil de participar ativamente dessas disputas estratégicas e o coloca em posição vulnerável diante da atuação de fundos estrangeiros no seu território.

Ao reunir esses três eixos, o artigo sustenta que um Fundo Soberano Brasileiro, se bem estruturado e baseado em experiências internacionais bem-sucedidas, poderia se tornar um instrumento importante para fortalecer a autonomia econômica do País, proteger sua riqueza e ampliar sua inserção no cenário global. Para isso, é fundamental que o fundo seja guiado por regras claras, transparência, governança profissionalizada e objetivos de longo prazo, evitando que ele seja utilizado para finalidades políticas imediatas ou decisões que prejudiquem seu desempenho no futuro.

A criação de um fundo soberano no Brasil não resolveria de forma isolada todos os problemas estruturais do País, mas representaria um avanço significativo na direção de um crescimento mais estável, responsável e sustentável. Trata-se de um mecanismo capaz de contribuir tanto para desafios internos, como volatilidade fiscal e baixa capacidade de

investimento, quanto para desafios externos, como competição tecnológica e necessidade de atuação estratégica no sistema internacional.

Portanto, diante do cenário atual e das oportunidades que o Brasil possui, estabelecer um Fundo Soberano estruturado em diversificação de receitas, preservação de capital e investimentos estratégicos não é apenas uma opção interessante: é uma oportunidade histórica de fortalecer o desenvolvimento nacional e garantir que as futuras gerações possam usufruir das riquezas produzidas hoje.

Referências

ARÁBIA SAUDITA. PIF. **Public Investment Fund Homepage**. 2025. Disponível em: <https://www.pif.gov.sa/en/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

AUTY, R. **Sustaining development in mineral economies: the resource curse thesis**. London: Routledge, 1993.

BOTSUANA. BANK OF BOTSWANA. **Pula Fund**. 2025. Disponível em: <https://www.bankofbotswana.bw/content/pula-fund>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRANDÃO, Raquel. **Dona do Burger King aprova oferta de R\$ 120 milhões por Starbucks Brasil**. 2024. Disponível em: <https://exame.com/insight/dona-do-burger-king-aprova-oferta-de-r-120-milhoes-por-starbucks-brasil/p>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fundo Soberano do Brasil (FSB)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/ativos-da-uniao/fundos-governamentais/fundo-soberano-do-brasil-fsb>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CAPARICA, Rodrigo Ferreira de Carvalho. **O papel dos fundos soberanos na economia mundial**. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2010.

CATAR. QATAR INVESTMENT AUTHORITY. **QIA Homepage**. 2025. Disponível em: <https://www.qia.qa/en/pages/default.aspx>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CHILE. MINISTERIO DE HACIENDA. **Acerca de los Fondos Soberanos**. 2025. Disponível em: <https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/fondos-soberanos/acerca-de-los-fondos-soberanos>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DA SILVA BELLO, Teresinha. Um fundo soberano brasileiro: é o momento? In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 4, p. 151-158, 2008.

ELIAS, Juliana. **Conheça a Salic, empresa do governo saudita que virou sócia da BRF e da Minerva**. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/conheca-a-salic-empresa-do-governo-saudita-que-virou-socia-da-brf-e-da-minerva/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

HOFFMAN, Stanley. Hedley Bull and his contribution to international relations. In: **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, v. 62, n. 2, p. 179-195, 1986.

JARDIM, Lauro. **A Zamp perto de ficar com a Subway no Brasil**. 2024. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/06/a-zamp-perto-de-ficar-com-a-subway-no-brasil.ghml>. Acesso em: 15 nov. 2025.

KRISHMADAS, Devadas. **Sovereign wealth funds as tools of national strategy: Singapore's approach**. In: **CIWAG Case Studies**. 6, Newport, 2013.

KUWAIT. KUWAIT INVESTMENT AUTHORITY. **KIA - Homepage**. 2025. Disponível em: <https://www.kia.gov.kw/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MANZI, Rafael Henrique Dias. O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira. In: **Conjuntura internacional**, v. 13, n. 1, p. 36-43, 2016.

MENDES, Diego. **Arábia Saudita quer atingir US\$ 1 tri em fundo de investimento e atrair mais empresas brasileiras, diz embaixador à CNN**. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/arabia-saudita-quer-atingir-us-1-tri-em-fundo-de-investimento-e-atrair-mais-empresas-brasileiras-diz-embaixador-a-cnn/#:~:text=Fundo%20soberano,-Independentemente%20da%20volatilidade&text=O%20estudo%20aponta%20que%20o,cerca%20de%20159%25%20neste%20per%20C3%ADodo>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MUBADALA. **Mubadala - Quem somos**. 2025. Disponível em:

<https://www.mubadala.com/pt-br/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

NORUEGA. NORGES BANK INVESTMENT MANAGEMENT. **About the Fund**. 2025.

Disponível em: <https://www.nbim.no/en/about-us/about-the-fund/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. In: **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 129-159, 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil. In: **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, v. 4, 2007.

RAYMOND, Hélène. Les fonds souverains. **CEPII, L'Économie mondiale**, p. 76-92, 2010.

RIBEIRO, Mikelli Marzzini Lucas Alves. A Escola Inglesa Das Relações Internacionais como Instrumental Teórico adequado de Análise das Intervenções Humanitárias. In: **EXAMÃPAKU (revista descontinuada)**, v. 6, n. 2, 2013.

RINALDI, Patrícia Nogueira. **Estados e Fundos Soberanos de Riqueza**: instrumentos de retrocesso ou avanço da globalização financeira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

SACHS, J.; WARNER, A. Natural resources abundance and economic growth. In: NBER Working Paper, n. 5398, Dec.1995.

SACHS, J.; WARNER, A. Natural resources and economic development: the curse of natural resources. In: **European Economic Review**, v. 45, p. 827-838, May 2001.

SIEGEL, Jeremy J. **Investindo em Ações no Longo Prazo-5**. Porto Alegre, AMGH Editora, 2015.

SINGAPURA. GOVERNMENT OF SINGAPORE. **GIC**. 2025. Disponível em: <https://www.gic.com.sg/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SUGAHARA, Maria Carolina Graciano. Os Fundos Soberanos de Riqueza e suas estratégias geopolíticas: uma análise dos Emirados Árabes Unidos e de Singapura. Rio Claro, IGCE - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2019.

SUMMERS, Lawrence. Funds that shake capitalist logic. In: **Financial Times**, v. 29, 2007.

TEMASEK (Singapura). **Temasek Holdings - About Us**. 2025. Disponível em: <https://www.temasek.com.sg/en/about-us>. Acesso em: 15 nov. 2025.

VIRI, Natalia. **O que o Mubadala quer na Zamp**. 2024. Disponível em: <https://exame.com/insight/o-que-o-mubadala-quer-na-zamp-spoiler-nao-e-mudar-o-management/p>. Acesso em: 15 nov. 2025.

WEISS, Martin A. **Sovereign wealth funds**: Background and policy issues for congress. Washington D.C, University of North Texas Libraries, UNT Digital Library, 2008.